



1. Identificação da Entidade

Globo Corretores de Seguros, Lda., com sede social na Rua do Bocage, 8ª em Queluz, NIPC 500939314, detém o capital social de 105.000,00€ e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, sob o n.º500939314, e tem como atividade principal mediação de seguros com o CAE 66220.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do SNC, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º158/2009, de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria n.º986/2009, de 7 de Setembro;
- Aviso n.º15652/2009, de 7 de Setembro;
- Aviso n.º15655/2009, de 7 de Setembro;
- Portaria n.º1011/2009, de 9 de Setembro.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, de acordo com o referido no ponto 2.4 deste anexo, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstas no artigo 1.º da Portaria n.º986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.



### 2.3 Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória:

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou demonstrações financeiras, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, de acordo com os PCGA anteriores. O balanço em 31 de Dezembro de 2009 e a demonstração dos resultados, das variações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados para efeitos comparativos, foram ajustados de forma a estarem de acordo com as NCRF. Os ajustamentos efetuados com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, data da transição, foram efetuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Os efeitos dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportados a 1 de Janeiro de 2009, foram registados, quando aplicável, em resultados transitados ou, se apropriado, noutra item do capital próprio, conforme estabelecido pela NCRF 3.

A reconciliação entre o capital próprio e os resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2009, obtidos de acordo com o normativo POC e os respetivos montantes obtidos de acordo com o SNC é apresentada como segue

**Quadro 1**

<b>Reconciliação Capital Próprio</b>	<b>31-12-2009 (POC)</b>	<b>Ajust.</b>	<b>31-12-2009 (SNC)</b>
Capital Próprio Realizado	105.210,00 €		105.210,00 €
Resultados Transitados	118.151,00 €		118.151,00 €
Resultados Líquido Exercício	14.890,00 €		14.890,00 €
Total Capital Próprio	238.251,00 €		238.251,00 €

**Quadro 2**

<b>Reconciliação do Resultado</b>	<b>31-12-2009</b>
Resultado Líquido Exercício (POC)	14.890,00 €
Resultado Líquido Exercício (SNC)	14.890,00 €

### 3. Principais políticas contabilísticas

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

##### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.



Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

**Quadro 3**

	Anos de vida útil
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento Administrativo	4 - 8

**b) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros em empresas não subsidiárias ou associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

**c)**

**1. Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

**2. Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

**3. Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

**d) Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado. As provisões são revistas





na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

e) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho, trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as falhas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento ao período.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Não aplicável.

3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.4 Principais fontes de incerteza

Não aplicável.

4. Fluxos de caixa

Conforme Mapa Demonstração de Fluxos de Caixa.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável.

6. Partes relacionadas



Não aplicável.

7. Ativos intangíveis

Não aplicável.

8. Ativos fixos tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de Mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações no exercício de 2018 foi o seguinte:

Quadro 4

31-12-2018				
	Saldo em 01/01/2018	Aquisições/Dotações	Abates	Saldo em 31/12/2018
<b>Quantia escriturada bruta</b>				
Equipamento básico	146.954,31€			146.634,33€
Equipamento Administrativo	16.197,19€			16.197,19€
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Equipamento básico	128.564,93€			132.602,93€
Equipamento Administrativo	14.701,55€			15.419,76€

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações no exercício de 2009 foi o seguinte:



Quadro 5

31-12-2009				
	Saldo em 01/01/2009	Aquisições/Dotações	Abates	Saldo em 31/12/2009
Quantia escriturada bruta				
Equipamento básico	145.974,00€			145.974,00€
Equipamento Administrativo	6.247,00€	8.261,00€		14.508,00€
Depreciações acumuladas				
Equipamento básico	102.054,00€	586,00€		102.640,00€
Equipamento Administrativo	634,00€	4.038,00€		4.672,00€

9. Ativos não correntes detidos para a venda e unidades operacionais descontinuadas  
Não aplicável.

10. Locações  
Não aplicável.

11. Custos de empréstimos obtidos  
Não aplicável.

12. Propriedades de investimento  
Não aplicável.

13. Imparidade de ativos  
No exercício de 2018 verificou-se uma imparidade de Ativos de 116.205,58€ para a qual foi constituída Provisão.

14. Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas  
Não aplicável.

15. Concentrações de atividades empresariais  
Não aplicável.

16. Investimentos em subsidiárias e consolidação  
Não aplicável



17. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

18. Agricultura

Não aplicável.

19. Inventários

Não aplicável.

20. Contratos de construção

Não aplicável.

21. Réditos

Conforme nota autónoma.

22. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

22.1 Provisões

A Empresa reconhece numa provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018 ocorreu um aumento de Provisões, no valor de 116.205,58€

23. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

Não aplicável.

24. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

25. Acontecimentos após a data do balanço

25.1 Autorização para emissão





As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência no dia 31 de Março de 2019.

25.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

26. Impostos sobre rendimento

Não aplicável.

27. Informações sobre matérias ambientais

Não aplicável.

28. Instrumentos financeiros

Não aplicável.

29. Benefícios dos empregados

Não aplicável.

30. Divulgações exigidas por diplomas legais

Conforme nota autónoma.

31. Outras informações

31.1 Estados e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica “Estados e Outros Entes Públicos” apresentava os seguintes saldos:

**Quadro 6**

	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Passivo</b>		
<b>I.R.C.</b>	0,00 €	10.234,56 €
<b>I.R.S.</b>	92,40 €	1.201,60 €
<b>Segurança Social</b>	653,21 €	1.406,76 €





### 31.2 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

**Quadro 7**

	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2016</b>
<b>Credores p/ acréscimo de gastos</b>		
<b>Remuneração a liquidar</b>	2.434,00€	3.123,78€
<b>Outros credores</b>		

### 31.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

**Quadro 8**

	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Serviços Especializados</b>	42.219,83 €	36.173,05€
<b>Materiais</b>	857,76 €	1.461,01€
<b>Energia e Fluidos</b>	1.614,99 €	2.170,60€
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	6.714,77€	7.214,12€
<b>Serviços Diversos</b>	9.375,29€	8.874,21€
<b>Rendas e alugueres</b>	350,00€	250,00€
<b>Comunicação</b>	4.878,60 €	4.715,69€
<b>Seguros</b>	4.031,24 €	3.389,38€
<b>Outros Serviços</b>	115,45 €	539,04€
	60.782,64€	55.892,99€

### 31.4 Gastos com o Pessoal

A Repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

**Quadro 9**

	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Rem. Órgãos Sociais</b>	20.559,93€	17.868,45€
<b>Remunerações Pessoal</b>	40.109,96€	45.578,93€
<b>Encargos s/ Remunerações</b>	11.095,59€	12.034,91€
<b>Seguros</b>	261,25€	0,00€
	72.026,73€	75.482,29€



### 31.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

**Quadro 10**

	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	0,00€	0,00€

### 31.6 Outros Ganhos e Perdas

Os outros ganhos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2016, foram como segue:

**Quadro 11**

	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Impostos</b>	4.223,66€	3.978,85€
<b>Quotizações</b>	750,00€	1.125,00€
<b>Outros Não Especificados</b>	5.576,08€	0,00€
	10.549,74€	5.103,85€

### 31.7 Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

**Quadro 12**

	<b>31-12-2017</b>			<b>31-12-2018</b>		
	<b>Gastos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Total</b>	<b>Gastos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	4.756,25€		4.756,25€	4.756,25 €		4.756,25€
	4.756,25€		4.756,25€	4.756,25 €		4.756,25€

### 31.8 Juros e Gastos/Rendimentos Similares

#### 31.8.1 Juros e Gastos Similares Suportados

Os Juros e gastos similares suportados, nos períodos de 2018 e de 2017, foram os seguintes:



**Quadro 13**

	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Juros Suportados</b>	785,56€	0,00€
	785,56€	0,00€

**31.8.2 Juros e Rendimentos Similares Obtidos**

Os juros e rendimentos similares obtidos nos períodos de 2018 e de 2017, foram os seguintes:

**Quadro 14**

	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Juros obtidos</b>	0,00€	0,00€
	0,00€	0,00€

  
**GLOBO**  
**Corretores de Seguros, Lda.**  
*A Gerência*